



Simulado Final

CGE RJ

Auditor do Estado

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final CGE RJ (Auditor do Estado)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGE RJ (Auditor do Estado);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-RJ-27-01>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabricio Dutra*

Nos Estados Unidos do século XIX, a transferência da responsabilidade policial do sistema judiciário para a administração municipal marcou uma mudança de foco da perseguição aos criminosos para a prevenção de crimes. Esse deslocamento de ênfase do ato criminoso para o autor do crime refletiu uma nova abordagem em relação ao controle social. Com isso, a polícia começou a se especializar na compreensão e prevenção do comportamento criminoso, levando à concentração na vigilância das "classes perigosas", grupos sociais considerados propensos à criminalidade. Esse processo levou ao desenvolvimento de áreas de conhecimento relacionadas à justiça criminal, policiamento e sistema prisional, como medicina forense, psiquiatria e, principalmente, criminologia, todas focadas na identificação, explicação e prevenção do comportamento criminoso, agora visto como "desviante".

Na Europa Ocidental, as novas instituições governamentais de vigilância tinham como objetivo controlar o uso da força em sociedades com decrescente violência física interpessoal e entre o Estado e a sociedade. Segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade e outras emoções foram domesticadas, "refinadas" e "civilizadas". Elias contrasta a violência aberta e irrestrita do período medieval, aceita socialmente e até necessária, com o autocontrole e moderação emocional que se tornaram predominantes na modernidade. A transformação do controle externo em autocontrole está associada à formação e estabilização dos Estados modernos, onde a centralização do poder físico em órgãos governamentais centrais permitiu a criação de ambientes mais pacíficos. Nestes ambientes, as pessoas são sujeitas a leis mais estritas, mas também mais protegidas contra a violência, já que as ameaças físicas são geridas por especialistas.

01. De acordo com o texto, a transição no sistema de policiamento nos Estados Unidos no século XIX não implicou mudanças tão significativas nas estratégias de controle social.

02. A teoria do processo civilizador de Norbert Elias sugere que, no Ocidente moderno, houve um refinamento e domesticação da agressividade e outras emoções.

03. No século XIX, a criminologia e a medicina forense foram menosprezadas e não tiveram papel relevante no sistema de justiça criminal e policiamento.

04. Nestes ambientes, as pessoas são sujeitas a leis mais estritas, mas também mais protegidas contra a violência, já que as ameaças físicas são geridas por especialistas.

Na oração acima, a expressão "nestes ambientes" no contexto do texto se refere aos espaços pacificados criados nos Estados modernos.

05. Nestes ambientes, as pessoas são sujeitas a leis mais estritas, mas também mais protegidas contra a violência, já que as ameaças físicas são geridas por especialistas.

Na oração acima, a inserção de um acento grave de crase no 'a', após a palavra 'sujeitas', provocaria incorreção gramatical.

06. A transformação do controle externo em autocontrole está associada à formação e estabilização dos Estados modernos, onde a centralização do poder físico em órgãos governamentais centrais permitiu a criação de ambientes mais pacíficos.

Na oração acima, o termo 'onde' poderia ser substituído por 'no qual'.

07. “com o autocontrole e moderação emocional que se tornaram predominantes na modernidade.”. Nesse trecho, se o pronome ‘se’ fosse deslocado para depois do verbo ‘tornaram’, a correção seria prejudicada.

08. “com o autocontrole e moderação emocional que se tornaram predominantes na modernidade.”. Nesse trecho, a oração introduzida pelo termo ‘que’ tem natureza restritiva em relação aos substantivos a que se refere.

09. “Na Europa Ocidental, as novas instituições governamentais de vigilância tinham como objetivo controlar o uso da força em sociedades com decrescente violência física interpessoal e entre o Estado e a sociedade.” Essa oração poderia ser corretamente reescrita – com manutenção da coerência – da seguinte forma: Na Europa Ocidental, novas instituições de vigilância buscavam regular o uso da força em sociedades com menos violência física interpessoal e estatal.

10. No último período do primeiro parágrafo, o termo ‘como’ apresenta valor de comparação.

11. grupos sociais considerados propensos à criminalidade.

No período acima, o termo ‘propensos’ foi empregado no sentido de ‘imunes’.

12. No último período do texto, o conectivo ‘já que’ poderia ser substituído por ‘posto que’, sem prejuízo do sentido.

13. No último período do texto, a vírgula após "Nestes ambientes" separa uma explicação introdutória do restante da frase, proporcionando uma pausa sintática.

14. No último período do texto, a vírgula, antes de "já que", é utilizada para isolar uma oração subordinada com valor de causa e seu uso é facultativo.

15. As aspas no trecho "a agressividade e outras emoções foram domesticadas, 'refinadas' e 'civilizadas'" são utilizadas para indicar que as palavras "refinadas" e "civilizadas" estão sendo usadas de maneira específica ou especial, geralmente no contexto da teoria do processo civilizador de Norbert Elias.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENÁRIA

Gabriela Zavadinack

16. De acordo com o princípio da exclusividade, a lei orçamentária anual não conterà matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

17. Cabe à lei de diretrizes orçamentárias estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

18. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Por sua vez, as emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

19. Na classificação da despesa por estrutura programática, para uma ação ser classificada como projeto, deve atender, cumulativamente, os seguintes critérios: suas operações devem ser delimitadas no tempo e sua produção incorpora ao patrimônio ou aperfeiçoa/expande a ação de governo.

20. Na classificação por identificador de resultado primário, são exemplos de receitas financeiras as operações de crédito contratadas, a emissão de títulos, os juros de aplicações financeiras e as compensações financeiras.

21. Conforme os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, é proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo. Contudo, a instituição financeira controlada poderá adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

22. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se um ente da federação deixar de instituir taxa de sua competência, então é correto afirmar que ele ficará vedado de receber transferências voluntárias dos demais entes federativos.

23. Conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, se a despesa total com pessoal de um órgão público exceder a 95% do limite, aquele que incorreu no excesso ficará vedado de criar cargo, emprego ou função.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

24. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui eficácia limitada de princípio programático.

25. João sofreu condenação transitada em julgado por uso de documento falso e teve a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do texto da Constituição Federal, é correto afirmar que enquanto perdurarem os efeitos da condenação, João não poderá exercer a capacidade eleitoral passiva, mas poderá exercer a capacidade eleitoral ativa, uma vez que a substituição da pena corporal pela pena restritiva de direitos não inviabiliza o exercício dos direitos políticos.

26. Não fere a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município, ainda que a quantidade de Conselheiros seja inferior à quantidade de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

27. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

28. O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias.

29. A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

30. Como os contratos administrativos resultam da celebração de negócio jurídico comutativo, as regras da Lei Geral de Licitações e Contratos não se aplicam aos convênios.

31. A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados, e não necessariamente por todos os entes consorciados.

32. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo e sujeitar-se-ão a linhas de defesa, sendo que a segunda linha é integrada por unidades de controle interno e pelas autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.

33. A ordem cronológica dos pagamentos contratuais devidos pelo poder público poderá ser alterada, em determinadas situações, mediante posterior justificativa da autoridade competente e prévia comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente.

34. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado ou ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

35. Embora a ação para a aplicação das sanções relacionadas a atos de improbidade administrativa prescreva em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação de acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

Com relação à matemática financeira, julgue os itens **36** a **38**.

36. Para a aquisição de um produto, uma loja oferece duas formas de pagamento:

- Pagamento à vista no valor de R\$ 1.170,00; ou
- Pagamento em 12 vezes de R\$ 65,00, com a primeira parcela paga no ato da compra.

Nesse caso, a taxa de juros i embutida na venda a prazo pode ser calculada pela seguinte equação:

$$1 - 1 + i - 12 = 18i$$

37. Um financiamento de R\$96.000,00 foi contratado pelo sistema SAC a juros de 10% a.m. e será pago em 24 prestações mensais postecipadas. Nesse caso, valor da 18ª prestação será superior a R\$ 6.500,00.

38. Considere um projeto de investimento que exija um desembolso imediato de R\$ 20.000,00. Se o projeto tem uma previsão de retorno de R\$ 24.442,00 ao final de dois anos, considerando uma taxa mínima de atratividade de 10% ao ano, o projeto pode ser considerado viável pelo critério do Valor Presente Líquido (VPL).

Sabendo-se que P, Q e R são proposições simples, julgue os itens **39** e **40**.

39. Considere a seguir as três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição lógica $P \leftrightarrow [PV(Q \rightarrow R)]$:

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nesse caso, a última coluna da tabela-verdade da proposição composta considerada apresenta a seguinte sequência de valores lógicos: V, V, V, V, F, V, F, V.

40. A proposição $P \rightarrow (Q \vee R)$ é equivalente a $\sim [P \wedge \sim Q \wedge \sim R]$.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

Uma pesquisa realizada com moradores das cidades A, B, C, D e E teve como finalidade investigar a questão de segurança nas cidades onde moravam. Foram entrevistados 1.000 moradores, alocando-se a amostra de acordo com a cidade de origem de cada um. Na tabela seguinte, N é o tamanho populacional de moradores; n é o tamanho da amostra por origem; P é o percentual dos passageiros entrevistados que se manifestaram relativamente seguros nas suas cidades.

cidade	N	n	P
A	100.000	100	80
B	300.000	300	70
C	100.000	100	90
D	300.000	300	80
E	200.000	200	80
total	1.000.000	1.000	

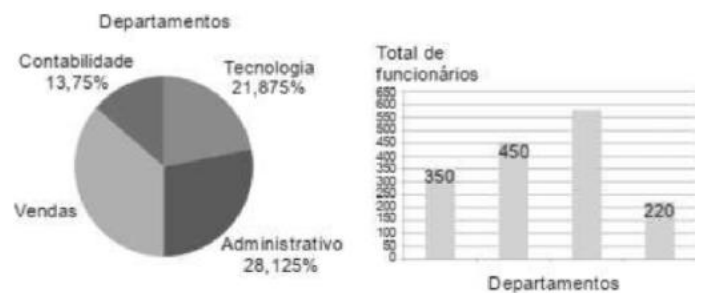
Em cada cidade, os moradores entrevistados foram selecionados por amostragem aleatória simples. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

- 41. A fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual ou superior a 1%.
- 42. Na situação apresentada, o desenho amostral é conhecido como amostragem aleatória por conglomerados, visto que a população de moradores foi dividida por grupos de origem.

Os eventos A e B são tais que $P(A) = 0,4$ e $P(B) = 0,9$. Julgue os itens seguintes:

- 43. Pode-se afirmar que $30\% \leq P(A \cap B) \leq 40\%$

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



Julgue os itens seguintes:

- 44. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é superior a 580
- 45. O ângulo correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é inferior a 50°

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

46. Qualquer envio de mensagem em larga escala pode ser considerado um tipo de spam.
47. No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.
48. No Powerpoint é possível iniciar a apresentação do slide atual ou do início da apresentação.
49. No menu Configurações do Windows existe a funcionalidade Windows Update que permite a realização de backups a partir de recursos do próprio sistema operacional.
50. Nas redes de computadores, podemos utilizar aparelhos comutadores para possibilitar a comunicação entre diversos aparelhos simultaneamente.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tonyvan Carvalho

Considerando a Lei nº 7.989/2018, que dispõe do Sistema de Controle no Poder Executivo do RJ, cria a CGE RJ e organiza as carreiras de controle interno, julgue os itens a seguir.

51. As atividades da CGE se confundem com o controle interno, stricto sensu, de responsabilidade do titular de cada órgão ou entidade.
52. Sistema de Controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas e fiscais prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da Lei.
53. Macrofunções do controle interno são funções de controle interno estruturadas em nível superior que visam dar suporte ao processo de gestão, desempenhadas sob a temática de Auditoria Governamental, Ouvidoria, Transparência e Ouvidoria. A macrofunção transparência tem por finalidade fomentar o controle social e a participação popular, por meio da definição de mecanismos que contribuam para a acessibilidade, clareza e integridade das informações disponibilizadas à sociedade;
54. A Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – CGE, como Órgão Central de Controle Interno - OCI, que se subdividirá na seguinte estrutura organizacional básica: Auditoria Geral do Estado; Ouvidoria e Transparência Geral do Estado e Corregedoria Geral do Estado. As Unidades de Controle Interno – UCI, vinculadas a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, diretamente subordinadas ao respectivo titular, tecnicamente subordinada à Ouvidoria e Transparência Geral do Estado.

55. A Auditoria Geral do Estado, representada pelo Auditor-Geral do Estado, tem dentre suas competências, a de regular e atuar, no âmbito do Poder Executivo, na atividade de auditoria interna, especialmente nas modalidades de auditoria de conformidade, auditoria de desempenho e serviços de assessoramento para adicionar valor e melhorar as operações dos órgãos e entidades.

56. O Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro – COSCIERJ, integrado por 5 (cinco) membros natos: o Controlador-Geral do Estado; o Subcontrolador-Geral do Estado; o Auditor-Geral do Estado; o Corregedor-Geral do Estado e o Ouvidor-Geral do Estado. O Corregedor-Geral do Estado presidirá o COSCIERJ e poderá exercer voto, exclusivamente, para o desempate de deliberações;

57. O Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro – COSCIERJ, integrado por 05 membros eleitos, que terão mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução por mais 2 (dois) anos.

58. São competências do Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro – COSCIERJ: estabelecer diretrizes gerais de atuação da CGE e avaliar anualmente o desempenho da CGE.

59. O titular do cargo de Controlador-Geral do Estado deverá atender aos requisitos específicos, além dos demais previstos em lei, dentre eles, ser, obrigatoriamente, servidor efetivo ocupante da carreira de Controle Interno de nível superior.

60. Constituem-se em garantias e prerrogativas dos servidores das carreiras de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado, dentre outras, a independência profissional para o desempenho das atividades e o acesso a todas as dependências do órgão ou entidade auditada ou inspecionada, mediante apresentação da Carteira de Identidade Funcional, bem como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhe podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação em meio físico ou eletrônico;

Considerando o Decreto nº 46.873/2019, que dispõe sobre o Sistema de Controle no Poder Executivo Estadual do RJ, julgue os itens a seguir.

61. Deverão ser designados como titulares das unidades de controle setoriais, obrigatoriamente, servidores públicos efetivos ou, no caso de empresas estatais, empregados de carreira.

62. A atividade de consultoria compreende a análise objetiva de evidências com vistas a fornecer opiniões ou conclusões que agreguem valor à gestão e que impactem na melhoria dos resultados das Políticas Públicas, dos processos de governança, de gerenciamento de riscos, de promoção da integridade na gestão, por intermédio do fortalecimento dos controles internos.

63. Compete à UCI emitir Relatório de Auditoria e Parecer sobre a prestação de contas, tomadas de contas regulares e especiais do órgão ou entidade, observadas as normas complementares. A publicação dos relatórios de auditoria da AGE e da UCI na internet deve se dar até trinta dias após a conclusão do mesmo, tarjados os trechos sigilosos e observado o disposto na Lei de Acesso a Informação.

64. A indicação dos titulares das unidades de controle setoriais poderá ser previamente avaliada pelo Controlador Geral do Estado, devendo ser encaminhado à CGE, dentre outros documentos, o curriculum vitae do indicado que demonstre a existência de perfil técnico compatível com as atividades a serem exercidas.

Considerando a Resolução CGE nº 154/2022, que trata do Regimento Interno da CGE RJ, julgue o item a seguir.

65. São competências exclusivas do Controlador-Geral do Estado: presidir o Conselho Superior de Controle Interno - COSCIERJ e poder exercer o voto, exclusivamente, para o desempate de deliberações.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Santanna

66. A auditoria operacional pode abranger ampla variedade de objetos, fornecer asseguração razoável ou limitada e utilizar diversos tipos de critérios e formatos de relatório.

67. A matriz de planejamento tem como propósito auxiliar a elaboração conceitual do trabalho e orientar a equipe na fase de execução. Seu conteúdo não deve ser modificado pela equipe a fim de que não se prejudique o histórico dos trabalhos já realizados.

68. Com relação aos instrumentos de fiscalização utilizados no setor público, julgue o item a seguir.

A auditoria operacional busca observar se o gestor segue os princípios da economicidade, eficiência e efetividade, cabendo a esse tipo de fiscalização verificar se há espaço para aperfeiçoamento.

69. Na auditoria operacional, os auditores devem estabelecer critérios adequados que correspondam às questões de auditoria e sejam relacionados aos princípios de economicidade, eficiência e efetividade.

70. O relatório do auditor deve trazer os apontamentos que justifiquem a emissão de recomendações, não sendo apropriado destacar pontos fortes do objeto de auditoria, cuja responsabilidade pela avaliação cabe diretamente à entidade auditada.

71. A técnica de reexecução está sujeita a limitações relacionadas ao momento em que ocorre e à possibilidade de a forma como o procedimento ou processo é executado ser afetada pelo fato de encontrar-se sob a observação do auditor.

72. Há risco de controle quando não se consegue evitar ou detectar erro ou fraude em um processo, mesmo que este tenha sido submetido a um efetivo controle interno.

73. A extensão dos procedimentos de auditoria é determinada considerando-se a materialidade envolvida nas transações, independentemente do risco que possa ser avaliado pelo auditor.

74. Em relação a papéis de trabalho e documentação de auditoria, julgue o próximo item.

Os papéis de trabalho são de propriedade do auditor e devem ser preparados de forma a facilitar a revisão pelos pares.

75. Julgue o item seguinte, relativo a técnicas de amostragem e procedimentos de auditoria.

A inspeção permite ao auditor averiguar a existência do estoque e determinar se a empresa auditada detém ou não a propriedade do referido ativo.

76. Um exemplo de teste de controle é quando o auditor confronta as informações presentes nas demonstrações contábeis com os registros contábeis que lhe oferecem suporte.

77. Uma modificação na opinião da auditoria independente das demonstrações contábeis se justifica quando há evidência de auditoria apropriada e suficiente que indique que as demonstrações contábeis estejam incorretas ou incompletas.

78. Quando o auditor não for capaz de obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião, será obrigado a abster-se de emitir opinião em seu relatório.

79. No que se refere às noções de auditoria, julgue o item seguinte.

Auditoria é um departamento sistemático e independente que busca obter evidência objetiva e avaliá-la objetivamente, a fim de determinar a extensão na qual os critérios de auditoria são atendidos.

80. Quando o auditor deseja mensurar de forma precisa o risco de amostragem, deve utilizar a abordagem de amostragem não estatística.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

81. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

82. No que diz respeito à aplicação da lei penal, considere a seguinte assertiva: Em avião de empresa aérea privada peruana, que fazia o voo Lima (Peru) - Assunção (Paraguay), passageiro norueguês golpeou um peruano, que desmaiou. O comandante da aeronave, que estava em espaço aéreo internacional, desviou-a e pousou em Campo Grande – MS, para atendimento ao ferido. Nessa hipótese, deverá ser aplicada a lei penal brasileira ao caso.

83. No conflito aparente de normas, o princípio da especialidade preceitua que a norma de caráter especial exclui a aplicação daquela com caráter geral. Trata-se de uma apreciação em abstrato e, portanto, independe da pena prevista para os crimes, podendo ser estas mais graves ou mais brandas. Por exemplo, se a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob a influência do estado puerperal, comete infanticídio e não homicídio.

84. Carlos Alberto, funcionário público, convida Mário Sérgio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Carlos Alberto, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Carlos Alberto, Mário Sérgio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, Carlos Alberto e Mário Sérgio respondem por peculato.

85. Joaquim José foi abordado em uma blitz de trânsito por um policial militar que ia aplicar-lhe uma multa, porque, embora estivesse conduzindo regularmente, em sua mão de direção e seguindo as regras de trânsito, Joaquim José estava com os documentos do carro vencidos em razão de grande dificuldade financeira que sucedeu na pandemia. O policial ficou com dó pois teria que lavar a multa e recolher o carro, e descobriu que o carro era o único meio de continuar tentando o sustento de sua família pois estava trabalhando vendendo bolos e doces na rua para sobreviver. Nesse caso, se o Policial Militar deixar de praticar esse ato de ofício deverá responder por corrupção passiva privilegiada.

86. Robson ingressa na residência de Lourdes e subtrai o cofre que se encontra na sala, levando-o para um local distante. Como desconhecia o segredo do cofre, utiliza-se de um machado para abri-lo, e subtrai as joias que estavam em seu interior. Após abandonar o cofre violado, leva as joias para Lucas, dono da Loja LS Joalheria LTDA, que efetua a compra sem se importar em apurar a origem das joias adquiridas. Algum tempo depois o fato é descoberto e o a notícia é levada para apuração do Delegado de Polícia. Nessa situação hipotética, Robson e Lucas deverão responder, respectivamente, pelos crimes de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, I, do CP) e receptação qualificada (Art. 180, § 1º, do CP).

87. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de favorecimento pessoal.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

88. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

89. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

90. A respeito da Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

91. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Obrigação Tributária, julgue o item a seguir:

Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

92. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

93. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

94. Julgue o seguinte item, a respeito das Certidões Negativas:

Caso o contribuinte possua créditos inscritos em dívida ativa integralmente garantidos por penhora ou créditos com a exigibilidade suspensa, é permitido que lhe seja expedida certidão de regularidade fiscal.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO

Herbert Almeida

Acerca Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue os itens a seguir.

95. A responsabilização da pessoa jurídica é subjetiva e não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

96. A sucessora poderá responder por atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, nos casos em que comprovadamente houver simulação ou evidente intuito de fraude.

97. As pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos lesivos ao patrimônio público respondem na esfera administrativa, sendo cabível a aplicação de multa, no valor de até 50% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, podendo a multa, excepcionalmente, ser inferior à vantagem auferida.

98. Na aplicação das sanções previstas na Lei Anticorrupção, serão levados em consideração, entre outros, a situação econômica do infrator e a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações.

99. A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, podendo ser delegada ou subdelegada, desde que de forma justificada.

100. A celebração de acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado, mas isenta a pessoa jurídica da sanção de proibição de receber incentivos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de um e máximo de cinco anos, além de reduzir em até dois terços o valor da multa aplicável.

101. No regime previsto na Lei Anticorrupção, é vedada a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

SISTEMA NORMATIVO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Antônio Daud

102. Tomando por base as regras legais e jurisprudenciais quanto à transparência pública, julgue os itens a seguir.

Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, incluindo as versões simplificadas desses documentos, são instrumentos de transparência da gestão fiscal.

103. Para viabilizar a transparência pública deve-se dar pleno conhecimento à sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, assegurada a disponibilização a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, exceto referente a recursos extraordinários.

104. No âmbito federal, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, desde que limitada a uma única renovação, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País.

105. Subtrair documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado é conduta ilícita que pode ensejar responsabilidade administrativa de agente público civil ou militar.

106. As verbas indenizatórias para exercício da atividade parlamentar têm natureza pública, não havendo razões de segurança ou de intimidade que justifiquem genericamente seu caráter sigiloso.

107. Caso sejam requeridos, a Administração Pública tem o dever de fornecer dados sobre óbitos registrados em ocorrências policiais.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Nesse contexto, julgue a assertiva a seguir:

108. Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais e especificam os critérios para seu reconhecimento.

Acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas subsequentes.

109. O lançamento para contabilização do ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido envolve o registro a débito de uma variação patrimonial diminutiva e a crédito de uma conta redutora de ativo.

110. Para se realizar a depreciação de um ativo imobilizado com o valor ajustado após a ativação dos custos com melhorias e adições complementares, a entidade poderá depreciar a parte complementar do bem separadamente.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas subsequentes.

111. Os depósitos bancários vinculados são evidenciados dentro das disponibilidades no contexto do balanço patrimonial.

112. Um dos parâmetros para que uma aplicação financeira possa ser enquadrada como Caixa e Equivalente de Caixa é que esteja sujeita a risco insignificante de mudança de valor. Nesse sentido, a classificação dessas aplicações em pré-fixadas ou pós-fixadas é um critério que pode ser utilizado para definir o nível de risco atrelado às aplicações.

Em relação aos procedimentos orçamentários previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue os itens subsequentes.

113. A classificação das receitas públicas quanto à procedência não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tiago Zanolla

- 115.** Os consultores externos que prestam serviços temporários na CGE-RJ não são considerados servidores para a aplicação do Código de Ética, visto que não possuem vínculo empregatício com a instituição.
- 116.** É aceitável que um servidor da CGE-RJ expresse opiniões que refletem suas convicções pessoais sobre religião e política no ambiente de trabalho, desde que estas não interfiram em suas responsabilidades profissionais."
- 117.** Um servidor da CGE-RJ pode basear suas decisões e ações em intuições pessoais, desde que tenha experiência suficiente na área de atuação.
- 118.** Os servidores da CGE-RJ devem cumprir todas as ordens superiores, sem exceção, para manter a disciplina e a ordem na instituição.
- 119.** É permitido aos servidores da CGE-RJ aceitar prêmios concedidos em eventos oficiais, sem restrições de valor, visto que representam reconhecimento de mérito profissional."
- 120.** A aplicação de uma censura privada ou pública ao servidor da CGE-RJ depende exclusivamente da gravidade do ato cometido, sem considerar as circunstâncias individuais do caso."

DISCURSIVA**Questão Discursiva**

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>